

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA	
Priscila Coimbra Rocha Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 2	12
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU	
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida Edméia de Almeida Cardoso Coellho Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 3	22
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE	
Isabel Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	
CAPÍTULO 4	35
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS	
Samara Farias dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8951919114	
CAPÍTULO 5	47
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO <i>ESTADÃO</i> : O CASO DE AMANDA BUENO	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.8951919115	
CAPÍTULO 6	58
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	
Joise Magarão Queiroz Silva Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Írbia Fernandes de Medeiros Letícia da Silva Cabral Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.8951919116	

CAPÍTULO 7	65
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC	
Alessandra Knoll Felipe Basso Silva Gabriel Bittencourt de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.8951919117	
CAPÍTULO 8	78
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA	
Taise de Jesus Chates Mirela Santiago Santos Rafael Bomfim Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919118	
CAPÍTULO 9	87
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”	
Thainá Oliveira Chemelo Anna Marcella Mendes Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.8951919119	
CAPÍTULO 10	100
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes Valdenora Souza Mota Dayane Rainha da Silva Maria Madalena Pontes Melo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919110	
CAPÍTULO 11	111
PRINCESAS NA <i>TIMELINE</i> : A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET	
Ana Carolina Rocha Lisita Patrícia Quitero Rosenzweig Rosa Maria Berardo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 12	124
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 13	136
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO	
Daniela Bento Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	

CAPÍTULO 14	146
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS	
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191114	
CAPÍTULO 15	150
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.89519191115	
CAPÍTULO 16	163
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO	
Juliana Maria Duarte Marques	
DOI 10.22533/at.ed.89519191116	
CAPÍTULO 17	175
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA	
Maria Juivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.89519191117	
CAPÍTULO 18	186
MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”	
Thalita Santos Reis Luduvico	
DOI 10.22533/at.ed.89519191118	
CAPÍTULO 19	195
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA	
Maria Zeneide Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89519191119	
CAPÍTULO 20	209
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	
Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191120	

CAPÍTULO 21	217
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	
Viviana Pittalis Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS

Samara Farias dos Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maceió - AL

RESUMO: O presente artigo visa analisar os debates e as práticas propiciadas pelas mulheres na construção da agroecologia nos movimentos sociais do campo em Alagoas. Devido a marginalização e invisibilidade do trabalho da mulher no campo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) articuladas com outras organizações como MST, MPA, CPT, vem promovendo a discussão de gênero e a importância das mulheres no debate agroecológico. A agroecologia iniciou-se de uma corrente contracultura na década de 70, e vem sendo reconhecida como uma ciência integradora que incorpora e reelabora o conhecimento dos povos tradicionais. Como sujeitos políticos, as mulheres vêm alinhando discurso e prática, através da auto-organização coletiva permitindo assim, o questionamento do modelo de agricultura convencional vigente. O pioneirismo feminino na construção da agroecologia culminou em transformações, tanto no planejamento produtivo, em sua autonomia política e econômica, quanto no protagonismo das mulheres em lideranças dos movimentos sociais do campo. Através de análise bibliográfica e coleta de relatos das

mulheres que atuam nestes movimentos, foi possível concluir que para o empoderamento da mulher do campo, foram necessários trabalhos de base para potencializar as lideranças femininas, valorização e reconhecimento do seu trabalho. De forma autônoma essas mulheres visam através de seu trabalho promover práticas agroecológicas com objetivo primeiramente, atender as necessidades familiares de subsistência, e depois de comercializar o excedente de sua produção para a garantia de outros recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Mulher-Trabalho, Protagonismo feminino, Gênero, Movimentos Sociais do Campo.

THE IMPORTANCE OF WOMEN'S WORK ON AGROECOLOGY IN ALAGOAS

ABSTRACT: This article aims to analyze the debates and practices provided by women in the construction of agroecology in the social movements of the countryside in Alagoas. Due to the marginalization and invisibility of women's work in the field, the Peasant Women's Movement (MMC) articulated with other organizations such as MST, MPA, CPT, has been promoting the discussion of gender and the importance of women in the agroecological debate. Agroecology began as a counter-culture current in the 1970s, and has been recognized

as an integrating science that incorporates and re-elaborates the knowledge of traditional peoples. As political subjects, women have been aligning discourse and practice, through collective self-organization, thus allowing the questioning of the current model of conventional agriculture. Female pioneers in the construction of agroecology culminated in transformations, both in productive planning, in their political and economic autonomy, and in the leadership of women in the social movements of the countryside. Through bibliographic analysis and collection of reports of women who work in these movements, it was possible to conclude that for the empowerment of rural women, basic works were needed to empower female leaders, appreciation and recognition of their work. Through their work, these women autonomously aim to promote agro-ecological practices with the primary objective of meeting family subsistence needs, and after marketing the surplus of their production to guarantee other resources.

KEYWORDS: Agroecology, Women-Work, Female Protagonism, Gender, Rural Social Movements.

1 | INTRODUÇÃO

Com as práticas de produção agroecológica sendo aplicada no dia a dia, as mulheres camponesas vêm construindo novas formas de se relacionar, melhorando a saúde e promovendo sua autonomia como mulher e enquanto sujeitos políticos.

Segundo Cardoso e Rodrigues, na experiência do trabalho familiar, a falta de problematizações das relações de papéis e de poder pelos membros da família, acaba contribuindo com a invisibilidade do trabalho das mulheres na construção da agroecologia. Na inserção de pautas como valorização do trabalho, independência financeira e autonomia política são importantes para o reconhecimento dos seus saberes e o pioneirismo feminino na sua construção.

Nesta provocação enseja-se abordar alguns possíveis significados da agroecologia, no âmbito acadêmico, na formulação teórica do Movimento das Mulheres Camponesas e nas práticas que estão sendo desenvolvidas pelas camponesas inseridas no MMC no Estado de Alagoas, e trazer a discussão de que as práticas agroecológicas existem muito antes de existir o conceito em si, e mais, suscitar a discussão de que as mulheres foram as pioneiras na agroecologia.

Busca-se então, dar “voz” às camponesas do MMC do Estado de Alagoas, trazendo as falas das mulheres através das entrevistas e pesquisas realizadas.

2 | METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada através de pesquisas bibliográficas para a fomentação teórica e histórica da agroecologia, assim como a atuação do MMC. Para a complementação destas análises bibliográficas, foram coletadas entrevistas

com o objetivo de refletir sobre este trabalho as perspectivas subjetivas das mulheres que contribuíram com tal pesquisa. Foram entrevistadas mulheres que atuam no Movimento de Mulheres Camponesas - (MMC), e outros movimentos e independente mediante questionário, com o objetivo de permitir que as informações fossem mais ricas e que estabelecessem um diálogo entre nós, pesquisadoras e entrevistadas, as respostas das entrevistas foram gravadas em áudio. Na tabela 1, constam as informações gerais das mulheres. Foram entrevistadas 6 mulheres, no período de junho a novembro de 2018.

As entrevistas foram executadas em feiras agroecológicas e por meio de contatos indicados pelo MMC. Buscamos coletar os relatos das mulheres em vários assentamentos e de municípios diferentes, para melhor retratar como elas trabalham, discutem e disseminam a agroecologia no estado de Alagoas.



Figura 1. Feira Orgânica da UFAL – Duas das camponesas entrevistadas.

Fonte: A autora (2018).

Nome/ Idade	Raça	Estado civil	Filhos	Ocupação:	Município/ Assentamento	Vínculos com os movimentos sociais
Aline Oliveira da Silva, 24 anos.	Negra	Solteira	Não	Graduanda em História, Apicultora.	Assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia- AL.	MST, Juventude do MST.
Edcleide da Rocha Silva, 27 anos.	Indígena	Solteira	Não	Camponesa, Graduada Mestranda em Educação.	Assentamento Padre Emílio April/ Sítio Gordo, União dos Palmares- AL	MMC
Francielle Alves da Silva, 29 anos.	Parda	Solteira	Não	Graduanda em Psicologia.	Maceió- AL	MMC, MST, Mulheres Resistem

Maria Lucilene dos Santos, 55 anos.	Negra	Casada		Agricultora, Cordelista.	Assentamento Zumbi dos Palmares, Branquinha- AL	MMC, Associação de Produtoras da Zona da Mata
Maria Rita Rosa dos Santos,	Parda	Casada	Sim, uma	Agricultora.	Assentamento Dom Helder Câmara, Murici-AL	MMC, CPT, Sindicato de agricultura familiar, Associação do Assentamento Dom Helder
Silvaneide dos Santos	Negra	Casada	Não	Agricultora.	Assentamento Zumbi dos Palmares, Branquinha- AL.	Independente.
Vitória Paixão da Silva, 30 anos	Negra	Solteira		Historiadora, Poetisa, Educadora Social	Quilombo Serra Verde, Igaci- AL	MMC, AAGRA

Tabela 1. Informações gerais das entrevistadas.

AAGRA (Associação de Agricultores Alternativos); CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A agroecologia é vida, identidade, resistência e luta: da prática à conceitualização acadêmica

No âmbito popular, a agroecologia não se resume somente a técnicas para o desenvolvimento da agricultura, mas é também um espaço onde se pensa e debate política, identidade, gênero, saúde, igualdade e autonomia, espaço esse que dialoga tanto com a teoria quanto com a prática.

Para as camponesas Maria Rita e Edcleide a agroecologia é vida, identidade, resistência, luta e autonomia. Aline complementa, que a agroecologia é uma questão de princípio de vida, que dialoga entre as práticas agrícolas e a observação da natureza, promovendo assim uma responsabilidade social tanto com alimento que se produz, quanto com o meio ambiente.

A autonomia é conquistada de forma coletiva, a mesma se dá por meio das mulheres camponesas organizadas que coletivamente estudam, compreendem a complexidade da teia de relações construídas histórica e culturalmente e lutam pela a sua autonomia, tanto econômica, como autonomia sobre suas próprias vidas. De forma coletiva lutam pela transformação da sociedade.

A agroecologia vem de muito antes de sua conceitualização, as práticas efetuadas desde o princípio da agricultura têm suas bases agroecológicas, hoje apenas trata-se da recuperação da herança agrícola destruída pela agricultura moderna (Hecht,

2002). O primeiro contato com a agroecologia, vem bem antes das mulheres conhecerem este termo, elas se aproximam destas pelo conhecimento prático passado de gerações em gerações, através da comunidade e de suas famílias. Sendo assim, o contato com os agrotóxicos e insumos agrícolas convencionais é mínimo ou até mesmo nunca se teve, pois, a agricultura praticada por estes obedece aos princípios agroecológicos desde o passado.

Enfrentando e superando desafios, reconstruindo e ressignificando a cultura e valores, como a entreaajuda e a socialização de conhecimentos e saberes construídos historicamente, assim se constrói a agroecologia. Guzmán (2001, p.42) afirma que “[...] o enfoque agroecológico pretende ativar este potencial endógeno, gerando processos que deem lugar à novas respostas e/ou façam surgir as velhas (se estas são sustentáveis)”. Segundo Guzmán, o conhecimento que ele chama de endógeno, que é o conhecimento “de dentro” das comunidades camponesas é de fundamental importância no enfoque agroecológico, desde que o conhecimento endógeno dialogue com o conhecimento exógeno, ou seja, “de fora” das comunidades camponesas. Tendo isso em vista, é possível então afirmar que o contexto local é determinante para a agroecologia, haja vista que não há como “impor um receituário” no enfoque agroecológico, a realidade concreta, a cultura alimentar, bem como os demais elementos culturais e o clima são fundamentais e precisam ser considerados.

A agricultura moderna surge após a segunda guerra mundial, em 1960 financiada por instituições internacionais agências das Organização das Nações Unidas - (ONU), centros de pesquisas e bancos de desenvolvimento, trazendo uma surpreendente elevação da produtividade, este processo ficou conhecido como Revolução Verde. No entanto, com o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, e forte mecanização, com caráter positivista, reducionista (vale ressaltar também que o capitalismo foi um dos precursores dos agrotóxicos). A agricultura convencional trouxe grandes problemas sociais e ambientais principalmente nos países denominados de terceiro mundo. É neste cenário que surge a agroecologia, mas visto apenas como um movimento contra cultural em 1970, sendo denominada como agricultura alternativa, trazendo em suas pautas a reivindicação de produções mais sustentáveis. Para Susanna Hecht:

é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (Hecht, 2002, p. 26).

Enquanto ciência traz para a sua construção o protagonismo dos agricultores, camponeses e indígenas, propondo assim um “diálogo de saberes” entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Altieri (1977) define a agroecologia como “as bases científicas para uma agricultura ecológica”. Sendo sua construção elaborada por bases transdisciplinares, onde há uma coevolução dos sistemas ecológicos e sistemas sociais com objetivo em comum de todas as disciplinas que a compõem.

(Siliprandi, 2015). A agroecologia para sua conceituação, caminhou lado a lado com as lutas dos movimentos sociais, onde agricultoras e agricultores do mundo todo, tiveram suas organizações voltadas ao questionamento dos propósitos da revolução verde, sem terras reivindicavam seu direito à terra por meio de reformas agrárias, os povos indígenas lutam contra a destruição de suas bases econômicas fomentadas na produção familiar, e assim consolidou-se a construção de uma agricultura racional que com suas vertentes agrônômicas, sociais e indígena/camponesa, se colocando como uma alternativa para a sustentabilidade agrícola.

Portanto, a agroecologia vem com propostas que vão para além de meras metodologias e técnicas para o desenvolvimento da agricultura, pois questiona tanto as técnicas e métodos utilizados, quanto suas motivações para o aumento da produtividade e as formas de organização social, política e econômica dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, seu caráter expressa propostas para a equidade de oportunidade para o acesso aos meios de vida, manutenção da biodiversidade, soberania alimentar, trazendo uma ruptura nos conceitos de desenvolvimento e produção do grande capital.

3.2 Pioneirismo feminino no desenvolvimento da agroecologia: o trabalho do campo tem dois sexos

Academicamente, Ana Primavesi¹ por ter sido uma das responsáveis pelos os avanços nos estudos sobre o manejo ecológico do solo e sua difusão, se tornou a pioneira da agroecologia no Brasil e na América Latina.

Por defender que o solo é um ser vivo, e que a própria vida das pessoas, é propiciada pela a vida do solo, Primavesi é a primeira mulher, no âmbito acadêmico, a ser reconhecida em um espaço extremamente dominado por homens. Porém, antes que a mesma fosse pioneira na agroecologia no contexto acadêmico, as camponesas já eram pioneiras praticando técnicas agroecológicas, sem mesmo saberem o que era a agroecologia em si.

Para falar em agroecologia é preciso primeiro ter noção da invisibilidade que as mulheres camponesas têm em todas as esferas, inclusive nos movimentos sociais do campo, apesar de que os movimentos sociais do campo estão buscando tornar visível essa realidade das mulheres camponesas. Portanto, é preciso da mesma forma, tocar no ponto das relações de trabalho, na esfera do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, sendo que o primeiro é designado para os homens, enquanto o segundo é designado para as mulheres. Dito isto, aqui está um grande desafio, avançar tanto na valoração econômica do trabalho desempenhado pelas mulheres e valorização dos conhecimentos que as mesmas detêm.

A participação da mulher no meio da agricultura ainda hoje é marginalizada e tida como “ajuda” aos trabalhos masculinos, que diferente das mulheres, são

1. Engenheira agrônoma brasileira, é uma das importantes pesquisadoras da agroecologia e da agricultura orgânica.

considerados “carros-chefes” da unidade produtiva. É nesse sentido, que surge a necessidade de dedicar esforços no intuito de mudar a realidade vivenciada pela as mulheres camponesas, pois os dados de produção de alimentos feito por as mesmas comprovam que elas estão dando vida à agroecologia, produzindo tanto quanto os homens e isso precisa ser valorizado. Quando analisado a produção de alimentos feita pelas mulheres ao redor do mundo, Léon (2004) apresenta dados reveladores:

Na África Subsaariana e no Caribe, as mulheres produzem entre 60 e 80% dos alimentos básicos. Na Ásia, as mulheres fazem mais do que 50% do trabalho relacionado com o cultivo do arroz. No sudeste da Ásia, Pacífico e América Latina, as hortas cultivadas por mulheres estão entre os sistemas agrícolas mais complexos que se tem conhecimento. As mulheres são evidentemente agricultoras e as cultivadoras que tem uma contribuição substancial para a conservação e gestão geral dos recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura (LÉON, 2004, p. 222, tradução nossa)²

O pioneirismo feminino se dá principalmente pela relação das mulheres com a natureza, pelo cuidado e preocupação com a soberania alimentar e saúde de sua família, em todas as entrevistas quando as mulheres eram perguntadas do porquê trabalhar de forma agroecológica, suas respostas têm algo em comum, a sua semelhança com a natureza pois esta gera vida como as mulheres.

Em seus quintais elas começam a produção de hortas, pomares e animais para o consumo familiar, cultivando hortaliças, legumes, frutíferas e plantas medicinais, despertando assim o interesse de seus maridos pela forma que cultivam e a produção que elas obtêm. Quando o excedente é por elas vendido em pequenas feiras organizadas pelas mulheres das comunidades, trazem valorização do trabalho que antes, sem reconhecimento, não se dava a devida importância. E com isso, a jornada de trabalho da mulher que antes era sobrecarregada, hoje passa a ser dividido entre a família, cada membro fica responsável por uma tarefa. Sendo característico das famílias que têm sua produção baseadas nas premissas agroecológicas, a coletividade é ressaltada pelas agricultoras em suas falas, retratando esta mudança nos paradigmas do campo com relação a divisão do trabalho.

3.3 Sem feminismo não há agroecologia: A luta pela autonomia e independência.

O Movimento de Mulheres Camponesas nasceu em 1980, em meio a um grande surgimento de movimentos no campo, motivadas por sua principal bandeira de luta como reconhecimento do trabalho das trabalhadoras rurais, desencadeou-se assim, outras pautas, como sindicalização, direitos previdenciários, participação política, libertação da mulher etc. Em 1995, cria-se assim a Articulação Nacional

2. “El África subsahariana y en el Caribe, las mujeres producen entre el 60 y 80% de los productos alimenticios de base. En Asia, las mujeres realizan más de 50% de los trabajos relacionados a los cultivos de arroz. En el sudeste asiático, el Pacífico y América Latina, los huertos cultivados por mujeres figuran entre los sistemas agrícolas más complejos que se hayan conocido. Las mujeres son de toda evidencia agricultoras a parte entera, y las cultivadoras aportan una contribución substancial en la conservación y la gestión general de los recursos fitogenéticos para alimentación y la agricultura” (LEÓN,2004, p. 222).

de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com o objetivo de mobilizar as mulheres de outros movimentos (Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA).

A principal característica para a articulação das mulheres nos debates propiciados pelo MMC, é o tema agroecologia. Devido a prática ser intrínseca a vidas das agricultoras, abre-se espaço para permear temas como questões de gênero, autonomia, protagonismo, questões salariais, divisão justa dos trabalhos domésticos e saúde. Outra característica, da articulação das mulheres pelo MMC, é a discussão sobre o feminismo camponês e popular, que como vertente do feminismo traz pautas baseadas no cotidiano da vida das mulheres do campo. Jalil (2009) afirma, que em sua condição de movimento feminista, o MMC articula a luta contra o patriarcado dentro das forças sociais contra hegemônicas.

Com o alinhamento com outros movimentos sociais, o MMC consegue também adentrá-los dialogando com estes e provocando desconstruções. O MST, enquanto movimento rural também traz enfoque nas discussões de gênero, por entender a importância do debate entre as mulheres, vem assim, promovendo cursos sobre feminismo, para trabalhar com mais ênfases nos conceitos e nas práticas cotidianas destas.

Compreendendo que o feminismo tem sua pluralidade, e tendo em vista que há várias formas de organização e de se pensar feminista, as mulheres entrevistadas se identificam como feministas. Para Aline, não se pode seguir os princípios agroecológicos sem o feminismo, pois o feminismo é um dos princípios da agroecologia.

Na busca pela autonomia, as mulheres enfrentam barreiras impostas pelo machismo, seja no seio familiar, com impedimento de tomadas de decisões financeiras, negação de sua liberdade e seu direito pela terra onde produz, ou até mesmo na comunidade onde por diversas vezes são proibidas de participar e ter voz e voto nas deliberações de sindicatos, associações e cooperativas. Para isto, elas travam lutas para mostrar sua capacidade organizativa e para a valorização do seu trabalho na comunidade e no lar. Com a entrada do MMC foram possíveis a construção de espaços em que as mulheres puderam se auto organizar para realizações de feiras, segundo Maria Lucilene, do assentamento Zumbi dos Palmares, que diz o seguinte:

“Outros movimentos já haviam entrado no assentamento, onde até às vezes até enganavam, e atravessadores que entravam no assentamento pra levar a produção... tudo isso machucava, né!? E a gente via que sobrava só pra mulher... mas aí a gente começamos a formar uma feira, onde iam pra feira levavam aquelas coisas a gente dizia assim, aquilo que sobra, porque era o que elas tinham direito de vender... aquele pouco que ia sobrando que ia ficando ali quando os homens não queriam mais, elas ia formando a feira... E aí alegria minha um dia uma mulher

disse assim, hoje eu tenho o dinheiro...” (Lucilene, 2018).

Com a chegada do MMC e por propiciar debates sobre gênero, autonomia, agroecologia e saúde, as mulheres, de forma organizada e coletiva, vêm construindo a agroecologia, e de alguma forma recuperando sua identidade, a qual foi esmagada pelo o capitalismo e patriarcado, dois grandes responsáveis pela a opressão e subordinação das mulheres. Portanto, como nos bem lembra Siliprandi (2015, p.335): “A agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se não se ocupar também, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões subordinação das mulheres agricultoras”.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que não se faz agroecologia deixando de debater esses assuntos, que permite o enfrentamento ao machismo, a desconstrução dos papéis impostos pelo patriarcado, resultando de forma gradativa na valorização do trabalho feminino no campo, aquisição de direitos previdenciários e a condição de proprietárias da terra, imposição das mulheres frente à violência e emancipação social e econômica.

Siliprandi (2007) nos afirma que o debate sobre agricultura familiar e gênero tem avançado bastante nos últimos anos, com enfoque tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nos cenários que se abrem para as mulheres com o avanço cada vez maior das atividades não agrícolas como provedoras de renda no meio rural. Todavia, ainda permanecem questões em aberto, e merecem uma reflexão acerca disso, como por exemplo, quando nos perguntamos o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e as concepções de emancipação vinculadas a essas atividades. (SILIPRANDI, 2007).

No assentamento Padre Emílio April, é composto por aproximadamente de 60 famílias e atualmente têm 38 associados, onde 35 são representações femininas, reflexo da formação do assentamento que teve em seu processo de reivindicação como principal organizadora, Alaíde Ribeiro, uma mulher que através da força feminina formou a associação e que junto as/os atuais agricultoras e agricultores obtiveram pela reforma agrária as terras do assentamento. Edcleide afirma, que o gerenciamento da economia familiar, desde a produção até a comercialização são geridos pelas mulheres.

Maria Rita afirma, *“até hoje tem homens que não me suporta...”* isto devido sua atuação de liderança na comunidade, ela é coordenadora do MMC, através seu trabalho tornar-se um sujeito político, Dona Rita está sempre presente nos eventos que propiciam o debate sobre a agroecologia nos sindicatos, nas universidades ou até em reuniões e seminários propiciados pelo MMC em todo o Brasil e na América latina, desta forma ela se torna uma referência para as mulheres ao seu redor, mostrando que elas podem contribuir para a construção da agroecologia e ter seu trabalho e saberes valorizados.

Na academia Edcleide e Franciele, conseguem introduzir em sua vida acadêmica o estudo da agroecologia e de emancipação das mulheres no campo. Vitória Paixão, educadora social também com seu trabalho procura levar através da educação o debate e construção do conhecimento agroecológico, e através da poesia usa as palavras para empoderar as mulheres em sua volta. Silvaneide, mesmo sendo uma agricultora que não se vincula a nenhum movimento social, participa assiduamente das reuniões do MMC, e afirma que a partir destas reuniões consegue desenvolver atividades junto às mulheres, como trazer renda para sua casa por meio das feiras agroecológicas nas quais ela participa.

De modo geral, essas mulheres ocupam espaços distintos, com dinâmicas diversas, elas impactam e são impactadas pelas mudanças que são proporcionadas pela agroecologia. As mulheres em coletividade, avançam na edificação da agroecologia com seus papéis e posições distintas na sociedade são as protagonistas da destruição dos paradigmas vigentes, e são as principais reivindicadoras das mudanças em nossa sociedade.

Laeticia Fisher salienta,

Considera-se que o protagonismo da mulher na sociedade atual traz à reflexão sua condição de sujeito e sinaliza para a construção de uma ideologia em que novos valores emergem do meio social, influenciando a relação de gênero. E, ainda, a prática política das mulheres nos movimentos sociais, em particular, na luta pela terra, constitui oportunidade de educação política e orientação, elementos que podem contribuir para promover sua autodeterminação na medida em que viabilizam novas formas de consciência e a crítica às regras impostas pela dominação masculina. (FISHER, 2006, p.88).

Dado o exposto, o feminismo é um fator crucial para que estas quebras de preceitos aconteçam, quando dentro do feminismo abre-se uma vertente camponesa e popular, que entende as pautas reivindicatórias das mulheres camponesas, e assim elas chegam a se identificar com o feminismo. As mulheres assim, conseguem transpor barreiras e empoderar-se e levam o empoderamento a suas companheiras de classe, se sentem reconhecidas e participantes da luta e de forma revolucionária conquistam sua autonomia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foi possível evidenciar alguns conceitos da agroecologia tanto no âmbito acadêmico, quanto na formulação teórica do Movimento de Mulheres Camponesas e nas práticas que estão sendo desenvolvidas pelas as camponesas do estado de Alagoas.

Este estudo também mostrou embasado por pesquisa participativa na qual as camponesas são as protagonistas, que através das experiências dessas mulheres e suas famílias é possível construir uma agricultura agroecológica. Nos relatos das camponesas entrevistadas, percebe-se que os caminhos da libertação se dão por

meio de estudo, diálogo, observação e reconstruções diárias a partir dos erros e acertos.

É possível afirmar que há avanços significativos na compreensão das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, e isso só foi possível com a formação do MMC que foi fundamental na concepção das camponesas sobre como elaborar processos de mudanças a partir de suas realidades locais, mostrando a agroecologia como ferramenta metodológica.

Conclui-se, portanto, que para o empoderamento da mulher do campo, foram necessários trabalhos de base para potencializar as lideranças femininas, valorização e reconhecimento do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CARDOSO, Elizabeth Maria; RODRIGUES Vanessa Schottz. **Mulheres construindo a agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas: Experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

GUZMÁN, Eduardo Servilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

FISHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco- Massangana, 2006.

HECHT, Susanna. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-52.

JALIL, Laeticia. **Soberania Alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas**. Revista Agriculturas: Experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

LÉON, Irene. **De mujeres, vida y semillas**. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.) **Semillas: patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad**. Quito: Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC, de 2004.

SILIPRANDI, Emma. **O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 6, 2007, Curitiba. Resumos... Porto Alegre: Resumos do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2009, v. 4, n. 1, p. 440.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> Acesso em: 01 de novembro de 2018.

FONTES ORAIS

SANTOS, M. L. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 12 de setembro de 2018.

SANTOS, M. R. R. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 02 de novembro de 2018.

SANTOS, S. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 10 de outubro de 2018.

SILVA, A. O. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 02 de novembro de 2018.

SILVA, E. R. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 12 de setembro de 2018.

SILVA, F. A. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 05 de novembro de 2018.

SILVA, V. P. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 05 de novembro de 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açude 217, 221

Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

E

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160

Educação contra hegemônica 195

Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160

Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137

Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62

Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145

Estadão 47, 48, 49, 53, 54

Experiências educacionais 146, 147

F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

H

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

I

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225

Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192

Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197

Método canguru 12, 14, 15, 16

Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225

Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

O

Organização feminina produtiva 150

Organização social 17, 40, 166, 207, 209

P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223

Pescadoras artesanais 217, 219, 225

Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108

Práticas pedagógicas 146, 147, 148

Prematuridade 12, 14, 19

Protagonismo feminino 35, 62, 63

R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225

Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225

Roda capoeira 195, 200

S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221

Solidão 96, 124, 187, 190

T

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197

Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225

Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200

Volatilidade 124, 125, 126, 134

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-789-5



9 788572 477895